DO ESPECIALISTA AO PESQUISADOR: TRANSFORMAÇÕES NO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFCG (1979-2008)

José Casimiro Gomes[1]; Isamarc Gonçalves Lôbo[2]

[1]Graduando em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Nazarezinho, Paraíba, Brasil. jose.casimiro@estudante.ufcg.edu.br

[2]Professor Doutor, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Cajazeiras, Paraíba, Brasil. isamarc.goncalves@professor.ufcg.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa as reformas curriculares do curso de Licenciatura em Geografia (2008) do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG), tomando como indicadores a carga horária total e o sistema de pré-requisitos. A partir da análise documental do Projeto Pedagógico de Curso e do contraste com as críticas ao modelo vigente desde 1979, identifica-se a passagem de uma concepção de professor-especialista, centrada no domínio de conteúdos disciplinares e no estágio como apêndice final, para o projeto de um professor-pesquisador, ancorado na institucionalização da pesquisa, na longitudinalidade do estágio e na integração entre saberes específicos e pedagógicos por meio de uma nova lógica de pré-requisitos interdisciplinares. Argumenta-se, contudo, que tais mudanças não configuram ruptura absoluta, mas sobreposição de camadas curriculares, expressando um campo de disputas entre projetos formativos. A conclusão problematiza a distância entre o prescrito e o realizado, sustentando que o valor do PPC reside menos em sua eficácia imediata e mais em sua capacidade de inscrever no currículo problemas e demandas historicamente invisibilizados no contexto do sertão paraibano.

Palavras-chave: Currículo; Formação de professores; CFP/UFCG; Geografia; Professor-pesquisador.

INTRODUÇÃO

Em 1979, quando o Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba aprovou a Resolução nº 62/79, criando o Campus V na cidade de Cajazeiras, o documento trazia uma proposta: o novo Centro de Formação de Professores (CFP) desenvolveria atividades de ensino, pesquisa e extensão. A promessa, contudo, era mais antiga. Remontava a 1970, quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC) já se anunciava como espaço de produção de conhecimento. Trinta anos depois, em 2008, quando a Universidade Federal de Campina Grande aprovou o novo Projeto Pedagógico do Curso de Geografia, o texto insistia na necessidade de "superar uma perspectiva de mera reprodução do conhecimento em prol de elaboração, produção de conhecimentos".

Entre 1979 e 2008, três décadas se passaram. Décadas em que o CFP formou milhares de professores para o sertão paraibano, cearense e potiguar; em que o país se redemocratizou, a LDB 9.394/96 foi promulgada e as Diretrizes Curriculares Nacionais foram editadas. Décadas, também, em que a promessa de articular ensino, pesquisa e extensão nunca se realizou plenamente. Este estudo parte de uma pergunta: o que mudou, entre 1979 e 2008, no currículo de Geografia do CFP? A pergunta desdobra-se em outra: essas mudanças são meras atualizações técnicas ou revelam projetos distintos de formação docente? A hipótese inicial supunha que o currículo de 1979 materializava o modelo do professor-especialista, com formação pedagógica reduzida a apêndice final, e que o PPC de 2008, ao incorporar as Resoluções CNE/CP 01/2002 e 02/2002, teria operado ruptura inequívoca em direção ao professor-reflexivo e pesquisador.

Os documentos, porém, contaram história mais complexa. Não houve substituição linear, mas sobreposição de camadas curriculares. O currículo de 2008 reescreveu o de 1979 por cima, mantendo tensões não resolvidas. A carga horária cresceu 750 horas, mas parte do acréscimo foi alocada em eixos cuja implementação dependia de condições materiais que o CFP nunca consolidou plenamente. A pesquisa tornou-se obrigatória em instituição com frágil cultura investigativa. O estágio foi ampliado, mas persiste a distância entre prescrito e realizado.

Esta tensão, entre estratégia normativa e táticas cotidianas, entre promessa e ausência, constitui o objeto da pesquisa. Não se trata de avaliar o currículo como documento técnico, mas de tomá-lo como artefato histórico, como inscrição de controvérsias, e perguntar: que projetos de formação docente esse currículo materializa? O curso de Geografia, criado pela Resolução nº 136/79 e reconhecido pela Portaria MEC nº 17/82, estruturou-se desde sua origem em torno de seus conteúdos específicos. As atas do Departamento de Ciências Exatas e Sociais (DCES)

dos anos 1980 registram a centralidade das disciplinas de Geomorfologia, Climatologia e Cartografia, e a dificuldade em preencher vagas para disciplinas pedagógicas. O perfil do egresso, nos documentos da época, é definido como um profissional "capacitado para o exercício do magistério de 1º e 2º graus, com sólida formação nos fundamentos da ciência geográfica". A formação pedagógica aparece como complemento, não como eixo estruturante.

Para operacionalizar a análise, elegeram-se dois indicadores: carga horária total e sistema de pré-requisitos. O currículo de 1979/80 totalizava 2.310 horas; o PPC de 2008, 3.060 horas. O acréscimo de 750 horas, equivalente a um ano letivo, exige investigar onde foram alocadas: na ampliação de conteúdos específicos? Na institucionalização da pesquisa? Na reestruturação dos estágios? O sistema de pré-requisitos revela a concepção de conhecimento subjacente. No currículo de 1979, Geografia Regional do Brasil tinha como pré-requisitos Geografia Humana e Geografia Física I e II. A mensagem era clara: para compreender a região, é preciso antes dominar os fundamentos. O conhecimento era concebido como estrutura cumulativa e hierárquica. No PPC de 2008, essa cadeia não desapareceu, mas se acrescentou uma nova exigência: o Estágio Supervisionado I passou a ter como pré-requisito não apenas Prática de Ensino de Geografia I, mas também Geografia Regional do Brasil. Não se trata de flexibilidade, mas de tentativa de integração.

Este estudo não se limita a descrever mudanças formais. Busca, a partir desses indicadores, interpretar os projetos de formação docente em disputa no CFP/UFCG entre 1979 e 2008. O pressuposto teórico, filiado aos estudos curriculares críticos e à sociologia de Michel de Certeau (2005), é que todo currículo é uma estratégia: um lugar próprio de onde a instituição define o que deve ser ensinado, em que ordem e, por consequência, que profissional deseja formar. Mas estratégias são tensionadas pelas táticas dos agentes que as operam. O currículo real nunca é o currículo prescrito. A análise organiza-se em duas partes: primeira, comparação das matrizes de 1979/80 e 2008; segunda, síntese interpretativa sobre a distância entre prescrito e realizado.

A MATERIALIDADE DO CURRÍCULO: INDICADORES E LIMITES DOCUMENTAIS

Os limites do arquivo: deterioração e reconstituição documental

Para a análise do currículo vigente na década de 1980, contou-se com acesso parcial aos documentos originais. O Prof. Dr. Isamarc Gonçalves Lôbo, orientador desta pesquisa, forneceu cópias digitalizadas da Resolução CONSEPE/UFPB nº 46/79 (Geografia), bem como dos

pareceres de reconhecimento do curso. Tais documentos, contudo, encontram-se em avançado estado de deterioração. A ausência de política sistemática de preservação documental no CFP ao longo das décadas de 1980 e 1990 resultou na degradação física do acervo. As cópias digitalizadas, embora legíveis em trechos, apresentam borrões que impossibilitam a consulta integral.

Diante dessa limitação, a caracterização do currículo inicial apoiou-se em um cruzamento de fontes secundárias: relatórios institucionais do CFP/UFPB que descrevem as matrizes em vigor; pareceres de reconhecimento publicados, que citam extensamente as resoluções originais; e transcrição paleográfica de parte desses documentos realizada a partir do acervo digitalizado disponível na Secretaria Geral do CFP/UFCG.

Assume-se, portanto, que a descrição aqui apresentada é uma reconstituição baseada nessas fontes. Esta operação encontra respaldo no que Aróstegui (2006, p. 112-115) define como "crítica de fontes" em situações de precariedade documental: um exercício de interpretação histórica que assume seus limites e os explicita. Para o período de 2008, o acesso foi pleno. O Projeto Pedagógico do Curso de Geografia (2008) encontra-se digitalizado e disponível nos arquivos da Pró-Reitoria de Graduação da UFCG, tendo sido analisado em sua integralidade.

Por que analisar horas e pré-requisitos?

Um leitor não familiarizado com estudos curriculares poderia perguntar: o que importa que um curso tenha 2.310 ou 3.060 horas? Que diferença faz se Geografia Regional do Brasil é pré-requisito para o estágio? Não seriam detalhes burocráticos? A hipótese é que tais detalhes são o lugar onde os projetos de formação se materializam. Um currículo não é apenas uma lista de disciplinas. É, como propõe Sacristán (2000, p. 17), "uma prática que tem lugar nos centros de ensino, com a participação de professores e alunos, e que é resultado de um processo dinâmico de adaptação e negociação". Mas antes de ser prática, o currículo é prescrição: um artefato normativo que estabelece, no papel, o que deve ser ensinado, por quanto tempo, em que ordem.

A organização sequencial do currículo, materializada nas cadeias de pré-requisitos, expressa uma epistemologia subjacente. Como argumenta Sacristán (2013, p. 45-48), "a ordem dos conteúdos no currículo não é neutra; ela reflete uma determinada concepção sobre como se aprende e sobre o que é mais fundamental ou mais complexo". A carga horária total é o indicador mais imediato do tempo de formação, mas a questão não é apenas quantas horas, mas onde elas foram alocadas.

O sistema de pré-requisitos é o indicador mais refinado da concepção de conhecimento. Uma cadeia longa revela visão cumulativa e hierárquica; cadeias curtas podem indicar flexibilidade ou fragmentação. Nas licenciaturas, acrescenta-se a posição das disciplinas pedagógicas no fluxograma: concentradas ao final, como apêndice, ou distribuídas como eixo transversal? A resposta revela a relação entre "saber o quê" e "saber como".

DOIS MOMENTOS, DOIS PROJETOS: O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA EM PERSPECTIVA

O currículo de 1979: a hegemonia do saber disciplinar

Os documentos que instituíram o novo currículo de Geografia em 2008 são explícitos quanto ao que pretendem superar. Suas justificativas e críticas desenham, por contraste, o retrato do modelo precedente. O PPC de Geografia de 2008 afirma que o curso, até então, "[...] privilegiava a formação nos conteúdos específicos em detrimento dos saberes pedagógicos e da prática docente" (UFCG/CFP, 2008, p. 6). A crítica se desdobra em três eixos: desarticulação entre teoria e prática, concentração do estágio nos períodos finais, ausência de espaços sistematizados para a iniciação à pesquisa (UFCG/CFP, 2008, p. 7-8).

A análise das resoluções confirma esse diagnóstico. A Resolução CONSEPE/UFPB nº 46/79 organizava as 2.310 horas do curso em uma estrutura na qual as disciplinas de formação específica, Geomorfologia, Climatologia, Geologia, Cartografia, ocupavam posição central, enquanto as disciplinas pedagógicas (Didática, Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino) concentravam-se nos três últimos períodos, funcionando como apêndice da formação técnica. O estágio, quando existia, aparecia nos períodos finais, definido como "momento de aplicação".

O que esses diagnósticos revelam é a presença, no CFP, de um modelo de formação de longa duração. A separação entre teoria e prática, com a formação pedagógica concentrada ao final, corresponde ao que Libâneo (1990, p. 22-25) criticava como herança do "modelo da racionalidade técnica", no qual o professor é visto como mero aplicador de metodologias sobre um conteúdo já consolidado. Para o autor, "a didática, quando reduzida a um receituário de técnicas dissociadas dos conteúdos específicos, esvazia-se de sentido e perde sua função formativa" (LIBÂNEO, 1990, p. 24).

Trata-se de um modelo que a literatura especializada, como discutem Libâneo (1990) e Sacristán (2013), convencionou chamar de "racionalidade técnica": a crença de que o domínio

do conhecimento disciplinar é condição suficiente para o exercício da docência, cabendo à formação pedagógica apenas o papel de "aplicar" metodologias.

O currículo de 2008: institucionalização da pesquisa e integração curricular

O PPC de Geografia de 2008 foi elaborado sob o impacto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Resolução CNE/CP nº 1/2002 instituiu as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica; a Resolução CNE/CP nº 2/2002 fixou a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, 2.800 horas no mínimo.

O CFP/UFCG foi além do mínimo legal. O PPC de Geografia de 2008 totaliza 3.060 horas. Esse acréscimo de 260 horas representa uma escolha institucional consciente. O PPC reorganiza o currículo em torno de quatro núcleos: Núcleo Específico, Núcleo Complementar, Núcleo de Opções Livres e, como inovação, a Prática como Componente Curricular e o Estágio Supervisionado, ambos com 405 horas cada.

A distribuição da carga horária, conforme o documento, é a seguinte:

EIXO	CARGA HORÁRIA	% DO TOTAL
Conteúdos científico-culturais (específicos + complementares)	2.040 h	66,7%
Prática como Componente Curricular	405 h	13,2%
Estágio Curricular Supervisionado	405 h	13,2%
Atividades Complementares	210 h	6,9%

Fonte: PPC de Geografia/UFCG (2008, p. 23-26). Elaboração própria.

O perfil do egresso é definido nos seguintes termos:

> O curso visa a formação de um educador pesquisador, capaz de refletir sobre sua prática e de produzir conhecimentos que contribuam para a transformação da realidade escolar. Espera-se que o egresso desenvolva o hábito de refletir e investigar sua ação docente como requisito de seu constante aperfeiçoamento. (UFCG/CFP, 2008, p. 11-12)

A expressão "educador pesquisador" não é retórica vazia. Ela se materializa em duas inovações curriculares concretas, ambas documentadas no PPC. A primeira é a criação da

disciplina Projeto de Pesquisa (60h, 4 créditos), no 7º período, e do Trabalho de Conclusão de Curso, TCC (60h, 4 créditos), no 8º período, com pré-requisito em Projeto de Pesquisa e em Teoria e Método da Geografia. Pela primeira vez na história do curso, segundo o próprio documento, a pesquisa torna-se componente obrigatório e sistematizado, com carga horária própria, orientação docente e avaliação pública. Não se trata mais de uma atividade complementar, facultativa ou restrita a uma minoria de alunos iniciados; trata-se de uma exigência universal, parte integrante da formação de todo licenciando.

A segunda inovação é a reestruturação do estágio, que deixa de ser uma única disciplina ao final do curso e se desdobra em quatro componentes, distribuídos ao longo da segunda metade do curso:

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	FOCO
Estágio Curricular Supervisionado I	75h	5º	Conhecimento da escola, observação
Estágio Curricular Supervisionado II	120h	6º	Regência no 6º e 7º anos (Ensino Fundamental II)
Estágio Curricular Supervisionado III	90h	7º	Regência no 8º e 9º anos (Ensino Fundamental II)
Estágio Curricular Supervisionado IV	120h	8º	Regência no Ensino Médio

Fonte: PPC de Geografia/UFCG (2008, p. 19-20). Elaboração própria.

Esta nova arquitetura do estágio é, em si mesma, uma declaração de princípios. O estágio não é mais um "momento de aplicação" no final do curso; é um processo longitudinal, que acompanha o aluno ao longo de quatro semestres, em diferentes níveis de ensino, com diferentes ênfases. A progressão — observação → regência no Fundamental II → regência no Médio; sugere uma concepção do aprendizado da docência como desenvolvimento profissional, não como treinamento pontual. O futuro professor não aprende a ensinar de uma vez, mas por camadas sucessivas, em contato progressivo com a complexidade do trabalho docente.

O salto qualitativo: a reconfiguração dos pré-requisitos

É na reconfiguração dos pré-requisitos, contudo, que se revela, com maior nitidez, a mudança na concepção de conhecimento subjacente ao currículo. O PPC de 2008 estabelece que:

> ***Estágio Supervisionado I (75h)*** *Pré-requisitos:* Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico (60h) e Geografia Regional do Brasil (60h)
>
> (Fonte: PPC de Geografia/UFCG, 2008, p. 27)

O que esta exigência significa? Para planejar uma aula de Geografia no 6º ano, o foco do Estágio I, o aluno precisa mobilizar, simultaneamente, dois saberes de naturezas distintas. De um lado, o conhecimento geográfico regional: é preciso saber o que é a região, quais são suas características físicas e humanas, como ela se insere na dinâmica nacional e mundial. Esse conhecimento é o conteúdo a ser ensinado. De outro lado, o conhecimento pedagógico: é preciso saber como transformar esse conhecimento em objeto de ensino, adequando-o aos objetivos de aprendizagem, às características dos alunos, às condições concretas da escola. Esse conhecimento é a forma de ensinar.

A mensagem é clara e, em sua clareza, revolucionária em relação ao modelo anterior: não se pode ensinar Geografia sem conhecer Geografia; mas também não se pode ensinar Geografia conhecendo apenas Geografia. Não se trata, rigorosamente, de flexibilidade, os pré-requisitos não foram eliminados, ao contrário, foram acrescentados. Trata-se de uma tentativa deliberada de integração curricular. O currículo de 2008 não abandona a lógica sequencial; ele a complementa com uma lógica articulatória. O conhecimento permanece hierárquico, é preciso dominar certos fundamentos antes de acessar certas sínteses, mas deixa de ser estanque. As fronteiras entre as áreas do saber tornam-se permeáveis. O que antes eram compartimentos separados, o conteúdo específico de um lado, o saber pedagógico de outro, agora são forçados a dialogar, no próprio ato de planejar o estágio.

Dois projetos em disputa: o que permanece e o que se transforma

O PPC de 2008 materializa uma concepção de formação docente radicalmente distinta da anterior. No modelo de 1979, o currículo organizava-se em torno do domínio dos conteúdos disciplinares, concebidos como corpus estável a ser transmitido. A formação pedagógica era externalizada, a pesquisa era atividade periférica, e os pré-requisitos refletiam visão cumulativa: primeiro os fundamentos, depois as aplicações; primeiro o conteúdo, depois o ensino.

No modelo que emerge em 2008, o currículo amplia-se para incorporar novos eixos. A prática deixa de ser momento terminal e torna-se componente distribuído. O estágio desdobra-se em processo longitudinal. A pesquisa torna-se obrigatória e sistematizada. A formação

pedagógica penetra todo o currículo, articulando-se aos conteúdos específicos por meio de nova lógica de pré-requisitos, agora interdisciplinares.

O conhecimento disciplinar não desaparece. Em Geografia, o percentual de carga horária destinado aos conteúdos específicos permanece praticamente inalterado. O que muda é a função: o conhecimento deixa de ser fim em si mesmo e passa a ser mobilizado como recurso para a ação docente. A pergunta que orientava o currículo anterior, "o que o professor precisa saber?", desloca-se para "o que o professor precisa saber para ensinar?".

Essa mudança implica transformação epistemológica. Como defende Becker (2012, p. 87), "[...] a epistemologia do professor não é um dado natural, mas uma construção que pode e deve ser transformada ao longo da formação". O professor-pesquisador não é apenas aquele que domina conteúdos, mas aquele que se assume como construtor de conhecimento sobre sua própria prática.

Esse novo modelo não se implanta sobre tábula rasa. Ele convive com o anterior, sobrepõe-se, tensiona-o. O currículo de 2008 não elimina as longas cadeias de pré-requisitos da Geografia Física; ele as mantém e lhes acrescenta novas conexões interdisciplinares. Essa sobreposição não é defeito de execução, mas materialização de um campo de disputas. Projetos distintos de formação coexistem no mesmo documento. O PPC não é monumento monolítico, mas palimpsesto: nele se podem ler, sobrepostas, camadas de diferentes concepções. A reforma de 2008 não é ponto de chegada, mas ponto de passagem. Ela não resolve as tensões; ela as inscreve no papel, tornando-as visíveis.

A análise buscou identificar essas camadas. Resta saber como esses projetos se efetivaram na prática cotidiana do CFP. A distância entre prescrito e realizado é objeto fascinante e difícil, que extrapola os limites documentais deste estudo.

CONCLUSÃO

Em 1979, a Resolução nº 62/79 criou o CFP com a promessa de desenvolver ensino, pesquisa e extensão. Trinta anos depois, o PPC de Geografia (2008) insistia na necessidade de "superar a mera reprodução do conhecimento em prol da produção de conhecimentos". A análise revelou transformações inegáveis: ampliação da carga horária, institucionalização da pesquisa, reconfiguração do estágio em processo longitudinal, rearticulação dos pré-requisitos em lógica interdisciplinar. Em Geografia, a exigência de que o Estágio Supervisionado I mobilize, simultaneamente, saberes pedagógicos e o conhecimento de Geografia Regional do Brasil é o símbolo mais eloquente dessa mudança.

Os PPCs são, contudo, documentos de intenções. Dizem o que deveria ser, não o que efetivamente foi. A pesquisa obrigatória tornou-se componente curricular, mas em instituição com frágil cultura investigativa. É nesse sentido que a noção de tática, em Certeau (1998, p. 97-101), ilumina o que os PPCs não capturam: as artes de fazer dos sujeitos concretos que, no cotidiano, desviam e subvertem as estratégias prescritas. O currículo real é sempre palimpsesto de intenções e resistências. Os PPCs operam no plano da estratégia; ignoram a tática, e não poderiam deixar de ignorá-la. O problema é que, ao fazê-lo, criam a ilusão de que prescrever é realizar.

Isto não significa que sejam irrelevantes. Um documento normativo pode criar condições de possibilidade para a transformação. Antes de 2008, a pesquisa não era componente obrigatório. Um aluno podia integralizar todo o currículo sem elaborar um projeto de investigação, sem produzir um TCC. Depois de 2008, isso se tornou impossível. A pesquisa deixou de ser opção para poucos e passou a ser exigência universal. É nesse sentido que o PPC de 2008 representa um ponto de inflexão. Não porque realizou a promessa de 1979, mas porque a reescreveu, trinta anos depois, em outros termos. Se essa imagem encontrará correspondência na realidade, se o currículo prescrito se converterá em realizado, são questões que só o tempo poderá responder. Este estudo reconstituiu a promessa. Que outros investiguem sua realização.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BECKER, Fernando. **A epistemologia do professor: o cotidiano da escola**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2002**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2002**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: CNE, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução Alexandre Salvaterra. São Paulo: Penso, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Centro de Formação de Professores. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia**. Cajazeiras: UFCG, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 46/79**, de 10 de agosto de 1979. Fixa o currículo do curso de Geografia. João Pessoa: UFPB, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 62/79**, de 1º de agosto de 1979. Cria o Campus V e autoriza a implantação do Centro de Formação de Professores. João Pessoa: UFPB, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 136/79**, de 1º de agosto de 1979. Cria o curso de Geografia no Campus V. João Pessoa: UFPB, 1979.